



EPISÓDIOS DO GOVERNO DE GETÚLIO VARGAS: O CASO DO BENFEITOR PROFESSOR LUIZ ALEXANDRE DE OLIVEIRA E A ESCOLA DE JAPONESES VISCONDE DE CAIRU

Stephanie Amaya (PPGEdu/UFMS) – fani2.amaya@gmail.com
GT 13: História da Educação

Resumo:

Este artigo tem por objetivo apresentar episódios do governo de Getúlio Vargas por meio de decretos publicados entre 1938 e 1939. Esses episódios são narrados a partir da trajetória biográfica do professor Luiz Alexandre de Oliveira e suas relações com a comunidade e a escola de origem étnica japonesa no então sul de Mato Grosso. A análise teve como principais fontes primárias a autobiografia do professor na obra intitulada “O mundo que vi” e por meio da entrevista concedida pelo professor a pesquisadores do estado. Ambas as fontes encontram-se depositadas no Arquivo Público Estadual de Mato Grosso do Sul. O trabalho foi construído numa perspectiva histórica e sociológica, utilizando como referencial teórico os estudos de Pierre Bourdieu (2009; 2011) e seus interlocutores. Constatou-se que o professor teve presença marcante na história da escola, pois foi o primeiro brasileiro professor e diretor da instituição. Desempenhou também papel importante no período do governo de Getúlio Vargas, em meados de 1938, por lutar política e estrategicamente para manter funcionando a instituição escolar e, por esse motivo, é homenageado e lembrado até os dias de hoje pela comunidade japonesa local.

Palavras-chave: Escola étnica. Pierre Bourdieu. Escolarização de japoneses.

1 Introdução

O presente artigo discute os episódios do governo Vargas, em que focalizamos a trajetória biográfica¹ do professor Luiz Alexandre de Oliveira em sua relação com a comunidade de japoneses e a Escola Visconde de Cairu, de origem étnica japonesa, no sul de Mato Grosso. Origina-se do trabalho de dissertação desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

O estudo tem como ponto de partida o livro autobiográfico do professor Luiz Alexandre de Oliveira, intitulado: “O mundo que eu vi” e publicado em 1986, em que ele relata os momentos históricos vivenciados. Esse livro, para o autor: “[...] Não é um livro de erudição ou mesmo uma completa autobiografia; é apenas um depoimento despretensioso [...]” (OLIVEIRA, 1986, p. 10).

No referido livro, o professor traz informações sobre aspectos relacionados à sua vida, tais como o fato de ter nascido em 14 de abril de 1903, em Santo Antônio dos Teixeiras, Distrito de Santa Rita de Viçosa – MG, ser neto de uma ex-escrava, filho de lavadeira, negro,

¹ A escrita do artigo apresenta um recorte temporal da trajetória biográfica do professor Luiz Alexandre de Oliveira, visto que sua história de vida é ampla e envolve outros campos que não serão expostos e aprofundados.

deficiente visual e de origem humilde. Também apresenta elementos sobre sua trajetória de estudante e professor em instituições escolares da cidade e sua relação com imigrantes japoneses.

Luiz Alexandre de Oliveira, oriundo das classes populares, alcançou representação social em Campo Grande, devido à sua trajetória de advogado, professor, diretor e proprietário de instituições escolares na cidade. Em sua história de vida, observamos a sua intensa relação com os imigrantes japoneses, principalmente entre as décadas de 1930 a 1950, período de publicação de vários decretos no Governo Vargas.

No que diz respeito à relação do professor com a escola japonesa, no livro de Brito (2000), “Escolas de japoneses: a construção da etnicidade em Mato Grosso do Sul”, a autora recuperou parte da história da “Escola Visconde de Cairu”, por meio de depoimentos de pessoas envolvidas diretamente com a instituição, bem como direcionou uma fração de seu estudo para abordar as relações estabelecidas entre o professor Luiz Alexandre e a colônia japonesa.

A referida escola japonesa, fundada na colônia Chacrinha, em 1918, foi transferida para a cidade no ano de 1924, tendo seu nome mudado de Hanja para Escola Visconde Cairu (ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA E CULTURAL NIPO-BRASILEIRA, 2008). Essa instituição é considerada um exemplo devido ao fato de seu funcionamento estar ininterrupto há mais de cem anos.

Os levantamentos documentais utilizados na elaboração da pesquisa foram realizados em Campo Grande/MS, nos seguintes locais: Arquivo Histórico de Campo Grande (Arca); Arquivo Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul (IHGMS); Arquivo da Câmara Municipal de Campo Grande – MS; Associação Esportiva e Cultural Nipo Brasileira (AECNB); Escola Visconde de Cairu; Secretaria Municipal de Administração de Campo Grande – MS; Associação Okinawa² de Campo Grande; e Academia Sul-Mato-Grossense de Letras (ASL).

Além disso, nos baseamos na entrevista concedida pelo professor localizada no Arquivo Público Estadual. Esse material, que foi elaborado pela Profa. Dra. Kátia Cristina N. Figueira

² Okinawa está localizada na região sul do Japão.

e Profa. Dra. Carla Villamaina Centeno³, está depositado nos arquivos digitais do acervo e disponibilizado ao público.

Para realizar as aproximações e as reflexões do estudo com o Governo Vargas e a comunidade de japoneses, partimos de uma perspectiva histórica e sociológica, na qual utilizamos o referencial teórico dos estudos de Pierre Bourdieu (2009; 2011) e seus interlocutores.

Para isso, algumas indagações orientaram nossa incursão na trajetória de Luiz Alexandre: Quais os percalços enfrentados no Governo de Getúlio Vargas pelos imigrantes japoneses e pela escola de japoneses no município de Campo Grande, sul de Mato Grosso (Uno)? Qual o papel e a importância exercida pelo professor Luiz Alexandre na Escola de japoneses Visconde de Cairu? Esses questionamentos serão discutidos nos tópicos seguintes.

2 Delineamento do cenário educacional do governo de Getúlio Vargas: imigrantes no Brasil

No que se refere ao governo de Vargas, esse período teve início a partir da Revolução de 1930, interrompendo o ciclo da política cafeeira no Brasil. Getúlio Dornelles Vargas (1882-1954) nasceu no dia 19 de abril de 1882, em São Borja, no Rio Grande do Sul. Começou na política em 1909, como deputado estadual e, entre 1922 a 1926, foi deputado federal e, posteriormente, ministro da Fazenda. Com o Golpe de Estado, instalou o Governo Provisório, promulgou uma nova Constituição e, em 1937, fechou o Congresso, instalando o Estado Novo (1937-1945). Nesse período, adotou forte centralização política e atuação do Estado, dessa forma governou com poderes ditatoriais.

Na visão do governo Varguista, os imigrantes deveriam ficar à margem em relação ao trabalho. Logo, fariam os serviços desvalorizados, em que faltavam mão-de-obra. Porém alguns imigrantes vieram com capital econômico para realizar investimentos no país, o que, *a priori*, não foi bem visto pelos nacionalistas.

Quanto à educação na Era Vargas, contornaram-se traços mais definidos com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, em 14 de novembro de 1931, tendo como primeiro ministro da Educação Francisco Campos, seguido por Washington Pires e Gustavo

³ A transcrição de entrevista com o professor Luiz Alexandre foi realizada no ano de 1995. O material está no formato de texto pelo programa *Word*, contém 18 páginas e será identificado ao longo do texto como (ARQUIVO..., 1995).

Capanema. Esse período político encaminhou-se para o chamado nacionalismo brasileiro, também conhecido por dar ao Brasil o primeiro desenho do Estado-Nação.

Para demonstrar essa força nacionalista do Governo Vargas, o presidente assinou o Decreto-lei n. 1.006, de 30 de dezembro de 1938, que estabelecia as condições de produção, importação e utilização do livro didático, e, em seu artigo 22, proibia o uso de livros didáticos em outras línguas. Essa proibição acarretou a produção de livros bilíngues em algumas localidades, levando à promulgação de outro decreto, o Decreto-lei n. 3.580, de 3 de setembro de 1941:

Dispõe sobre a Comissão Nacional do Livro Didático e dá outras providências. Art. 4º Fica proibida a importação de livros didáticos, escritos total, ou parcialmente em língua estrangeira, se destinados ao uso de alunos do ensino primário, bem como a sua produção no território nacional. (BRASIL, 1941).

Isso expõe o período do Governo Vargas conhecido como Estado Novo (1937-1945), momento histórico marcado por abusos e restrições a determinadas ações da vida cotidiana, uma vez que a educação nesse período, a partir de uma visão nacionalista conservadora, apresentou um projeto “[...] fundamentalmente filantrópico; no interior desta concepção, a educação pública é uma obra eminentemente assistencialista mas, em nenhuma circunstância, institui um Escola Universalizada [...]” (VALLE, 1997, p. 76). Nesse contexto, as escolas étnicas de imigrantes foram vistas como ambientes contrários ao projeto nacional.

O Decreto-lei n. 406, de 4 de maio de 1938, que regulamentava a entrada de estrangeiros expõe que:

Art. 42. Nenhum núcleo, centro ou colônia, ou estabelecimento de comércio ou indústria ou associação neles existentes, poderá ter denominação em idioma estrangeiro. Art. 85. Em todas as escolas rurais do país, o ensino de qualquer matéria será ministrada em português, sem prejuízo do eventual emprego do método direto no ensino das línguas vivas. § 1º As escolas a que se refere este artigo serão sempre regidas por brasileiros natos. § 2º Nelas não se ensinará idioma estrangeiro a menores de quatorze (14) anos. § 3º Os livros destinados ao ensino primário serão exclusivamente escritos em língua portuguesa. § 4º Nos programas do curso primário e secundário é obrigatório o ensino da história e da geografia do Brasil. § 5º Nas escolas para estrangeiros adultos serão ensinadas noções sobre as instituições políticas do país. Art. 86. Nas zonas rurais do país não será permitida a publicação de livros, revistas ou jornais em línguas estrangeiras, sem permissão do Conselho de Imigração e Colonização. Art. 87. A publicação de quaisquer livros, folhetos, revistas, jornais e boletins em língua estrangeira fica sujeita à autorização e registro prévio no Ministério da Justiça. (BRASIL, 1938).

Dessa forma, as escolas de imigrantes foram fiscalizadas e tornaram-se alvos de depredações e de xenofobismo mais acirrados por fazer parte do Eixo (Alemanha, Itália e Japão) durante a Segunda Guerra Mundial. É importante ressaltar que esses imigrantes possuíam um forte nacionalismo e a intenção de retornarem para sua pátria.

Assim sendo, a escola “estrangeira” não era fruto de um desejo nacional de pluralidade cultural, mas fora surgindo um pouco ao acaso do jogo de forças sociais, para cobrir os espaços de omissão do governo no sentido de propiciar escolas públicas aos grupos imigrantes demandados no Brasil. (FIORI, 2003, p. 5).

Como podemos constatar, alguns decretos-lei impediram o funcionamento de escolas, proibiram o uso de materiais didáticos em língua estrangeira e impuseram que os diretores deveriam ser brasileiros natos e que só poderia haver comunicação no ambiente escolar utilizando a língua portuguesa.

No livro publicado pelo Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil, “Retratos da infância na Imigração Japonesa ao Brasil”, consta o dado que “Em 1939, havia 486 escolas nipo-brasileira com cerca de 30 mil alunos. Nas pequenas localidades do interior, onde estava a maioria dos imigrantes japoneses, a escola era o centro comunitário.” (CYTRYNOWICZ, 2017, p. 48). Sendo assim,

As escolas étnicas dos imigrantes foram vistas como ambientes de desintegração em que as práticas pedagógicas afrontavam esse novo projeto educativo, razão pela qual precisavam ser convertidas em locais de aprendizado, gestação e irradiação de uma exaltação patriótica que tinha o Brasil e seus aspectos culturais como centro. (SANTOS, 2010, p. 86).

As proibições foram, portanto, para inibir os imigrantes e, principalmente, para reforçar a construção do nacionalismo proposto por Vargas. Em Campo Grande:

A partir de 1938, a política do nacionalismo tornou-se mais dura em relação aos imigrantes que aqui se encontravam, até então bem-vindos. Limitou a quantidade de imigrantes estrangeiros, estabeleceu alguns obstáculos que, em alguns casos, impediam aqueles que estavam interessados em imigrar para o Brasil. As restrições foram estabelecidas pelo Decreto nº 406, de 04 de maio de 1938, e regulamentadas pelo Decreto 3.010, de 20 de agosto. A análise dos decretos, especialmente nos artigos 165 a 170, e 272 a 273, possibilita algumas reflexões sobre os fatos ocorridos nessa época, bem como a repercussão e a interpretação das ações efetuadas na colônia japonesa em Campo Grande. A chegada dos primeiros japoneses ao Estado de Mato Grosso se dá, justamente em 1914, e é por volta de 1918 que os mesmos instalaram-se na periferia de Campo Grande. Em 1924, a transferência da Escola para o centro da cidade representou uma nova fase da colônia. Tratava-se de uma Escola de japoneses, “o estrangeiro”, no centro da cidade, em meio ao surto nacionalista imposto por Vargas. (BRITO, 2000, p. 92).

A Escola de Japoneses, na visão de Brito (2000, p. 110), “[...] foi uma escola criada para um grupo de pessoas que não tinha domínio do idioma do país acolhedor e [...] expressava a importância dada à educação pelo grupo. [...]” A mudança física do prédio da escola representava um avanço e, para os nacionalistas, possivelmente uma ameaça.

O governo tentou banir os imigrantes com seus decretos, proibições e obrigações, pois “[...] as escolas não apenas controlam as pessoas; elas também ajudam a controlar o significado [...]” (APPLE, 2006, p. 103). Nesse momento, os japoneses, com a criação de suas próprias escolas, tentavam preservar o nacionalismo japonês, enquanto o governo, por meio das restrições impostas, atuava visando à construção de uma unidade nacional brasileira.

Kreutz (2010) ressalta que essa tendência de afirmação da unidade se estabelece em um poder hierarquizado. Assim, a perseguição do governo aos japoneses nos tempos da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) foi evidenciada.

Dessa forma, com as ações do governo:

A presença de professores brasileiros era legalmente imposta. Segundo alguns depoimentos, além do governo estadual, a escola pôde contar, por um longo período, com o apoio do governo japonês. O imperador encaminhava o material didático necessário como mapas, esqueletos, montava laboratórios. Para obter tal colaboração bastava escrever solicitando. (BRITO, 2000, p. 79).

A ajuda material do governo japonês pode ter representado uma afronta política naquele momento, pois podemos observar que “[...] as orientações curriculares eram coerentes com o conceito sócio-econômico-político.” (ZOTTI, 2002, p. 77), assim como a ideologia era imposta com disciplinas específicas e diversos outros mecanismos na educação para a manutenção da política nacionalista. Dessa maneira, podemos observar alguns dos percalços enfrentados pelos imigrantes no governo de Vargas, principalmente no que se refere às escolas étnicas instaladas no país.

No que tange à “Escola de Japoneses” no município de Campo Grande, no sul de Mato Grosso (Uno), as sanções interferiram de forma significativa no seu funcionamento. A princípio pela obrigatoriedade de possuir professores brasileiros natos, acrescentando-se a proibição da utilização de materiais didáticos em língua estrangeira (até mesmo os livros bilíngues).

Essa última proibição afetou diretamente a instituição, pois o governo japonês enviava materiais didáticos para auxiliar no ensino, já que, no princípio da imigração, poucos imigrantes tinham domínio da língua portuguesa.

3 Benfeitor da Escola Visconde de Cairu: Professor Luiz Alexandre de Oliveira

O relacionamento do professor Luiz Alexandre com a Escola de Japoneses começou na instituição em 1924, a fim de atender à obrigatoriedade de os docentes serem brasileiros natos, passando a lecionar História e Geografia do Brasil, Português e Matemática. Em 1938, foi nomeado diretor e permaneceu até 1970 no cargo.

O Decreto-lei n. 1.545, de 25 de agosto de 1939, que dispunha sobre a adaptação ao meio nacional dos brasileiros descendentes de estrangeiros, estabelecia, em seu artigo 11, que “Nenhuma escola poderá ser dirigida por estrangeiros [...]”, que vem a reforçar o citado anteriormente no Decreto-lei n. 406, de 4 de maio de 1938, e reafirma a necessidade de um brasileiro assumir o cargo de diretor da Escola de Japoneses. O professor Luiz Alexandre adquiriu o cargo e, em decorrência disso:

Pelo vínculo que manteve com a escola, como professor e depois diretor, Luís Alexandre foi algumas vezes convocado para prestar esclarecimentos às autoridades, pois havia severa fiscalização das atividades em escolas estrangeiras. Ele gostava de contar sobre um inquérito dos militares sobre os ensinamentos ministrados na Visconde de Cairu. Luís Alexandre lançou um desafio no sentido de que as autoridades fizessem uma visita de surpreender. (MAIS SABER, 1998, p. 33).

Em relação às políticas desenvolvidas com os japoneses, antes de ser nomeado como diretor, já lutava politicamente em favor da escola e da comunidade japonesa.

A Prefeitura dava uma ajuda. Até que arrebentou a guerra e a situação ficou muito difícil pra escola, pra mim, e para os japoneses. A segunda guerra. Porque havia um grupo aqui na cidade, chefiada pelo inspetor de ensino primário. [...] O colégio não tinha nem nome. Era conhecido como escola japonesa. Então eu argumentei com os pais na reunião, que a escola não era japonesa, tinha professores japoneses, mas não era japonês. Estava no Brasil. E algumas explicações aceitaram. Eu era praticamente o diretor da escola, embora não havia sido nomeado o diretor. (ARQUIVO..., 1995, p. 3).

Para Bourdieu (2009), a estratégia deve estar fixada na criatividade dos agentes em adaptarem-se a situações variadas, inusitadas e descontínuas. Conforme sugerido pelo professor Luiz Alexandre, a mudança do nome da instituição foi necessária para se desviar do

Governo Varguista, o que posteriormente se efetivou, e o professor novamente participou diretamente na escolha do nome da escola.

[...] foi eu quem dei o nome Visconde de Cairu. E falavam que a escola era uma fonte de desnacionalização que até o nome era em japonês. Eles não conheciam Visconde de Cairu e pensavam que eram nome japonês. Sendo que era o nome do homem que abriu o esporte no Brasil a todas as nações do mundo. Eu escolhi este nome por causa disto. Aliás a inspiração nem foi minha, foi de um oficial do exército meu amigo que lembrou disso. Eu sempre disse que japonês não era nem melhor nem pior do que ninguém, era só tratarem eles bem que não iam dar dor de cabeça. E os que me contrariaram foram derrotados. Os japoneses nunca deram problema, foram vítimas de muita injustiça, eram discriminados. E japonês não tinha nome eram chamados de “Japão”. Às vezes uma pessoa de idade...Eles eram tratados como Zé ninguém. Alguns apanharam. (ARQUIVO..., 1995, p. 5).

Em relação ao segundo período em que atuou na Escola Visconde de Cairu, em meados de 1937, o professor narra.

Eu voltei pra cá mais ou menos em 1936 ou 1937 [...] aí surgiu a guerra e a colônia tinha sérios problemas contado com a autoridade porque o governador do Estado, que era o João Ponce de Arruda não gostava de japoneses. E essa corrente foi engrossando e o próprio Dr. Arnaldo que era prefeito não ia muito com japoneses e outras autoridades aqui. Saiu um artigo numa revista do Rio, contra a colonização de japoneses no Brasil. O autor do artigo era um médico muito famoso, o Miguel Couto. Mas ele não era contra os japoneses, ele era contra a migração japonesa, porque achava que os japoneses, melhor organizados do que nós socialmente e mais adiantado o país era uma ameaça para nós. Ele fez isso por patriotismo [...] Então fundou-se uma corrente aqui chefiada por Euripiades da Costa Gomes, por Dr. Arlindo de Andrade, foi primeiro Juiz de direito de Campo Grande, foi prefeito de Campo Grande, era um nome que tinha sua projeção, né? [...] Tinham muitas pessoas nessa corrente por causa de várias pessoas importantes na sociedade que participavam dela. (ARQUIVO..., 1995, p. 4).

Esse foi o período mais crítico para os imigrantes japoneses em Campo Grande e a situação era a mesma em todo o país. “Com a Constituição de 1934, instituem-se as cotas para a imigração de japoneses, situação piorada em 1938, com as medidas restritivas aos japoneses, culminando no fechamento de mais de 200 escolas japonesas existentes no Brasil.” (SAITO, 2011, p. 59). A escola Visconde de Cairu foi uma das poucas escolas que não fecharam.

Importante ressaltarmos que as escolas que não foram fechadas durante a Segunda Guerra Mundial, à semelhança da Escola Visconde de Cairu, foi “[...] por contar com a ajuda de alguma pessoa influente ou pelo fato de ensinar a língua portuguesa.” (DEMARTINI,

2000, p. 65). O professor Luiz Alexandre foi esse interventor ou benfeitor, como era visto por parte dos imigrantes japoneses no sul do estado.

O reconhecimento de sua ética pelos japoneses é perceptível nas diversas homenagens recebidas tanto por membros das instituições situadas em Campo Grande como pelo próprio governo japonês:

Luiz Alexandre tornou-se guardião dos bens dos japoneses, devolvendo tudo ao fim da guerra. Presidiu a Cooperativa Agrícola de Campo Grande e também realizou incursões nas áreas política, literária e filantrópica. Por sua dedicação aos japoneses e seus descendentes, recebeu no cinquentenário da imigração um termo de gratidão do Governo da província de Okinawa. Em 1984, o professor tornou-se um dos poucos brasileiros a ser condecorado pelo Governo japonês com a Ordem do Sol Nascente em Raios Dourados e Prateados. Faleceu em 19 de outubro de 1997. (MINA SAN, 2008, p. 40).

Dessa forma, após contribuir com a comunidade, o professor e diretor Luiz Alexandre foi considerado “[...] um guardião em sua defesa quando, agindo como advogado manteve o estabelecimento longe das agruras da Segunda Guerra Mundial, como tutor da colônia japonesa. [...]” (MAIS SABER, 1998, p. 32).

Entre os anos de 1930-1950, os imigrantes sofreram com as discriminações na cidade. Segundo Luiz Alexandre:

Quando a guerra foi piorando, eu era um advogado, mas sem muita expressão, pois eu estava apenas começando. [...] E então eu fui convidado a dirigir a escola, e a cooperativa japonesa, então passei a ser hostilizado, passei a ser considerado quinta coluna, pois achavam que eu estava fazendo parte da colônia por troco de dinheiro. Não era verdade, mas corria como verdade para muita gente. Então, eu tomei conta da escola, assumi a presidência da cooperativa também. A cooperativa existe até hoje e a escola também. E queriam fechar as duas escolas que os japoneses tinham aqui por fora na colônia Boa Vista e outra nem sei onde. Então o plano era fechar todas as escolas japonesas daqui. E eu era contra este plano explicando para eles que os japoneses não eram o que pensavam. Que aqui antigamente, encontravam japoneses e falavam ‘esse aí é almirante da marinha, e estão em espionagem aqui..’ o brasileiro também queria fazer a sua média. Todo japonês que estava aqui era visto como espião. E então eu fiquei como um brasileiro que a troco de grana estava ao lado deles. (ARQUIVO..., 1995, p. 4).

Mesmo com a discriminação sofrida, ainda que proibido o ensino da língua japonesa na escola, os imigrantes continuaram a ensinar o idioma materno para seus filhos após a Guerra. “Em 1947, com a liberação, seu ensino voltou a ser permitido na Escola Visconde.” (ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA E CULTURAL NIPO-BRASILEIRA, 2008, p. 52). Isso demonstrou a importância que as famílias destinavam à educação e, nesse sentido:

[...] é somente com referência ao espaço de disputa que as define e que elas visam manter ou redefinir, enquanto tal, quase completamente, que se pode compreender as estratégias individuais ou coletivas, espontâneas ou organizadas, que visam conservar e transformar ou transformar para conservar. (BOURDIEU, 2011, p. 151).

O professor Luiz Alexandre fez parte dessas estratégias individuais e coletivas para a continuidade, funcionamento e preservação do patrimônio da escola e conservação dos membros da comunidade japonesa em Campo Grande. Ele é referenciado por ajudar a compor as estatísticas das escolas japonesas no Brasil que não foram fechadas no período Vargasista “[...] por contar com a ajuda de alguma pessoa influente ou pelo fato de ensinar a língua portuguesa.” (DEMARTINI, 2000, p. 65).

E, por meio da realidade social defendida por Bourdieu (2009), podemos entender o que determina a posição dessa população pesquisada no campo social e o que condiciona a ocupação do espaço social. Para Nogueira e Nogueira (2009, p. 36), os sistemas simbólicos podem ser “[...] produzidos e, ao mesmo tempo, apropriados pelo conjunto do grupo [...]”. As exclusões e as discriminações aconteciam no campo social.

No que se refere às questões éticas que envolvem o professor Luiz Alexandre e a comunidade japonesa, podemos observar que, em diversos momentos, ele se empenhou, às vezes com risco de sofrer retaliações pessoais, em prol da defesa do que considerava justo, mesmo frente a autoridades e no contexto da ditadura:

Quiseram fechar a escola e eu reagi. E o tal de João Ponce, nós chegamos a discutir [...] e ele temeroso de um escândalo resolveu refrear. Porque quando ele deu a ordem à polícia para fechar a escola, eu estava no Rotary Clube, jantando e entre os convidados estava ele. Então quando encontrei com ele eu disse que ia levá-lo à escola para conhecer. E ele disse que tinha dado ordem a polícia para fechar a escola. Olha, Dr. Ponce, o senhor não pode fechar, o senhor está com o poder na mão, mas eu faço questão de ser processado, não fica isso em silêncio de maneira nenhuma [...] **E falei que não tinha medo do Estado Novo.** Não iria ficar desmoralizado por um ato de prepotência. Aí o doutor Machado, que era prefeito aqui, acabou com a discussão, e foi contra a ordem. Para não fechar a escola. De maneira que a escola nunca foi fechada. Eu sempre fui meio atrevido [...] querendo fechar ele fechava mesmo [...] e ficava fechado [...] agora não convinha ele fechar a escola de maneira escandalosa, ele não tinha pretexto para fechar a escola. Eles não fecharam a cooperativa também porque eu não deixei. E a cooperativa eu até tive discussão com o Demóstenes, porque ele sempre foi meu amigo [...] ele morreu meu amigo [...] eu divergi dele e falei pra ele [...] vocês vão fazer um ato de prepotência política. Eles resolveram não fechar também [...] **eu fui uma espécie de cônsul japonês sem ser nomeado, né?** (ARQUIVO..., 1995, p. 5, grifo nosso).

Em relação à comunidade japonesa, o professor Luiz Alexandre de Oliveira demonstrou muita ética em suas relações com ela, haja vista que, para ele, “Os japoneses nunca deram problema, foram vítimas de muita injustiça, eram discriminados.” (ARQUIVO..., 1995, p. 4). A perseguição aos imigrantes japoneses no período do Governo Vargas foi amenizada devido às intervenções políticas e éticas do professor Luiz Alexandre.

No que diz respeito aos imigrantes japoneses, os laços com a comunidade japonesa se fortaleceram devido ao posicionamento ético do professor ao devolver todos os bens dos desses imigrantes, principalmente a propriedade na qual hoje situa a Escola de Visconde de Cairu. Consideramos esse fato também uma estratégia para ampliar suas oportunidades dentro do campo educacional e social perante o grupo de imigrantes.

Podemos considerar o professor como um trãnsfuga⁴ na perspectiva bourdieusiana, pois era pobre, cego de um olho e possuía visão parcial no outro, migrou do estado de Minas Gerais para o sul de Mato Grosso e superou inúmeras dificuldades. A partir do capital institucionalizado, isto é, do título de bacharel em Direito, teve uma abertura política que propiciou a ida a Belém, no estado do Pará, e o retorno para a cidade de Campo Grande, vindo a exercer cargos jurídicos renomados.

Os obstáculos em sua trajetória foram superados por meio da obtenção de capitais escolares, que possibilitaram o acesso a diferentes campos e, assim, a ascensão social e econômica do agente, ampliando outros capitais como o econômico, o social, o político e o cultural.

4 Considerações finais

Ao trazer alguns episódios do governo de Getúlio Vargas e a trajetória biográfica do Professor Luiz Alexandre de Oliveira em suas relações com a comunidade japonesa, por meio do cruzamento de diferentes fontes bibliográficas, memorialísticas e documentais, buscamos compreender os percalços enfrentados durante o governo de Getúlio Vargas pelos imigrantes japoneses e pela escola de japoneses no então de sul de Mato Grosso.

⁴ Cabe esclarecer que não é no sentido literal do termo, qual seja, trãnsfuga no sentido militar de desertor, mas sim numa perspectiva paradoxal, isto é, no sentido de superação. Bourdieu (2005) se denomina como “[...] trãnsfuga filho de trãnsfuga” no livro “Esboço de auto-análise”.

Observamos que os decretos nacionalistas foram os maiores percalços dos imigrantes e da escola japonesa no estado, pois, conforme exposto, os imigrantes deveriam ficar às margens no trabalho e na escolarização. As restrições se voltaram principalmente ao quesito linguístico, fator que mais diferencia uma cultura e uma nação. As proibições quanto ao uso da língua japonesa em impressos e livros didáticos, bem como a presença obrigatória de professores e diretores brasileiros natos foram alguns dos exemplos dos obstáculos a serem ultrapassados.

A trajetória do professor, ao ser trazida à tona, dá voz ao que foi subtraído da/na compreensão dos processos históricos e sociais da história regional, em especial ao grupo de japoneses, que forma, em Mato Grosso do Sul, a terceira maior colônia no país. Suas memórias revelaram a superação em relação às dificuldades financeiras e sociais para alcançar o sucesso por meio da escolarização em nível superior. É notório o seu envolvimento em diferentes campos sociais, políticos e educacionais e, conseqüentemente, a ampliação dos capitais econômicos, sociais, simbólicos e culturais.

O professor Luiz Alexandre era considerado muito além de “tutor de bens” no período de guerra, devido à transferência de vários bens materiais dos imigrantes para seu nome, como uma estratégia para que eles não tivessem esses bens confiscados pelo Governo. As suas relações éticas se estabeleceram pelos laços com a comunidade japonesa devido à devolução de todos esses bens para os imigrantes e para a associação de imigrantes japoneses, principalmente a propriedade em que hoje situa a Escola de Visconde de Cairu. O professor é reconhecido como “benfeitor” durante o período da Era Vargas (1930-1945).

As contribuições e a relação do professor Luiz Alexandre com a Colônia Japonesa e, principalmente com a Escola de Japoneses, são de suma importância, uma vez que ele lutou política e estrategicamente para mantê-la funcionando e para que os japoneses não perdessem seus bens, em meados de 1938, durante o governo de Getúlio Vargas. Ele teve presença marcante na história da escola, pois foi o primeiro professor brasileiro e diretor da instituição, sendo parte das estratégias mobilizadas para manter a escola funcionando.

Em suma, foi preciso problematizar que na relação com japoneses foram mobilizadas estratégias de ambos os lados: do grupo étnico, no interesse em proteger seu patrimônio, e do professor Luiz Alexandre, ao ser reconhecido perante a comunidade japonesa. Assim, obteve com sua ética o cargo de diretor na Escola Visconde de Cairu e é homenageado com distinção até os dias de hoje.

Por fim, após esse pequeno percurso na trajetória de Luiz Alexandre, podemos inferir a representativa importância do professor frente aos acontecimentos vividos, principalmente no que tange à sua relação com a comunidade de japoneses.

Referências

APPLE, Michael W. **Ideologia e currículo**. Trad. Vinícius Figueira. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL (MS). **Luiz Alexandre de Oliveira**: entrevista. Entrevistadores: Kátia Cristina N. Figueira e Carla Villamaina Centeno. Campo Grande: Arquivo, 1995.

ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA E CULTURAL NIPO-BRASILEIRA (AECNB). **Ayumi**: a saga da colônia japonesa em Campo Grande. Campo Grande, 2008.

ASSOCIAÇÃO OKINAWA DE CAMPO GRANDE-MS. **100 anos da Imigração Japonesa de Okinawa em Campo Grande 1914 – 2014**. Campo Grande – MS, 2014.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção**: crítica social do julgamento. Trad. Daniela Kern; Guilherme J.F. Teixeira. 2 ed. Porto Alegre: Zouk, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

BRASIL. Decreto-lei n. 1.006, de 30 de dezembro de 1938. Estabelece as condições de produção, importação e utilização do livro didático. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 1938a.

BRASIL. Decreto-lei n. 3.580, de 3 de setembro de 1941. Dispõe sobre a Comissão Nacional do Livro Didático e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 1941.

BRASIL. Decreto-Lei nº 406, de 4 de maio de 1938. Dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 1938b.

BRASIL. **Lei Constitucional dos Estados Unidos do Brasil**, de 10 de novembro de 1937. Planalto, Rio de Janeiro, 1937.

BRASIL. **Tratado de amizade, de commercio e de navegação**. 1808. Disponível em: <http://daí mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1895/b_89/>. Acesso em 11 de junho de 2017.

BRITO, Claudia Regina de. **Escola Visconde de Cairu**: educação e etnicidade em Mato Grosso do Sul. 1997. 145 f. Dissertação (Mestrado em Educação) -Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 1997.

CYTRYNOWICZ, Roney (Org.). **Retratos da infância na Imigração Japonesa no Brasil:** imagens do acervo do Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil. São Paulo: Narrativa Um, 2017.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. Relatos orais de famílias de imigrantes japoneses: elementos para a história da educação brasileira. **Educação e Sociedade**. São Paulo, n. 72, v. 21, p. 43-72, ago. 2000.

FIORI, Neide Almeida. (Org.). **Etnia e educação:** a escola “alemã” do Brasil e estudos congêneres. Florianópolis: Editora Unisul, 2003.

KREUTZ, Lúcio. Escolas comunitárias de imigrantes no Brasil: instâncias de coordenação e estruturas de apoio. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, set./dez., p. 159-176, 2000.

MAIS SABER. **Revista de Educação do Mato Grosso do Sul**. Campo Grande, n. 2, p. 32-35, 1998.

MINA SAN. **100 anos da Imigração japonesa**. Campo Grande: Correio do Estado, 2008.

MONTAGNER, Miguel Ângelo. Trajetórias e biografias: notas para uma análise bourdieusiana. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 9, n. 17, p. 240-264, jan./jun. 2007.

NOGUEIRA, Maria Alice; NOGUEIRA, Claudio M. Martins. **Bourdieu e a educação**. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

OLIVEIRA, Luiz Alexandre de. **O mundo que eu vi**. Campo Grande – MS: Academia Brasileira de Letras, 1986.

SAITO, Cecilia Noriko. O imigrante e a imigração japonesa no Brasil e no Estado de Goiás. **Revista UFG**, Goiânia, ano XII, n. 10, p. 57-61, jul., 2011.

SANTOS, Ademir Valdir dos. Educação e nacionalismo: configurando a escola primária catarinense na Era Vargas. **Revista brasileira história da educação**, Campinas-SP, n. 24, p. 83-111, set./dez. 2010.

VALLE, Lillian do. **A escola e a nação:** as origens do projeto pedagógico brasileiro. São Paulo: Editora Letras & Letras, 1997.

ZOTTI, Solange. Sociedade, educação e currículo no Brasil: dos jesuítas aos anos 80. **Quaestio** (Revista de estudos de educação), ano 4, n. 2, p. 65-91, nov. 2002.